



UM CAMINHO DE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR

SIMONE DE BRITO BARRETO¹, XENUSA PEREIRA NUNES², MARIANA JÁRIA MARTINS³

¹Mestra em Agricultura Familiar pela Universidade de Brasília e-mail: flordeumbuzeiro@gmail.com

²Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Univasf e-mail: xenusa.nunes@gmail.com

³Mestra em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais e-mail: marianaj_martins@hotmail.com

RESUMO

O artigo é uma revisão de literatura e se propõe a percorrer o caminho das mulheres do campo, das águas e da floresta, desde o seu protagonismo no descobrimento da agricultura e a formação das primeiras sociedades, sua participação e influência nos Centros de Origem de Domesticação, os retrocessos vividos pelas mulheres rurais com a implantação do feudalismo, os processos escravagistas, coloniais e o capitalismo que entre outros pontos acentuou a exclusão das mulheres dos espaços de fala, não reconheceu os conhecimentos e o trabalho feminino no meio rural, além de degradar a natureza para a produção de alimentos e padronizar os hábitos e costumes alimentares. Práticas hoje reivindicada e uma vez mais posta em execução através das construções identitárias e do reestabelecimento da relação trabalho e natureza, possibilitada pela agroecologia que têm permitido as mulheres rurais se colocarem como categoria protagonistas para sanar a fome no mundo. Com base nesse protagonismo é que discutimos a importância das mulheres rurais para a soberania e segurança alimentar e nutricional, pontuando a participação dessas mulheres no combate a obesidade e a desnutrição.

Palavras- chave: mulheres rurais, alimentação, gênero, ancestralidade

INTRODUÇÃO

As mulheres ao longo da história foram as mantenedoras de muitos saberes agrícolas desde o plantio até o seu processamento. Os conhecimentos femininos e a sua gestão sobre os alimentos têm permitido que as famílias tenham tido soberania e segurança alimentar e nutricional, mesmo que nem sempre nos padrões ideais. Nesse artigo nos propomos a mostrar o caminho trilhado pelas mulheres rurais ao longo da história junto aos processos agrícolas e a produção de alimentos, pontuando como os saberes dessas mulheres têm sido de grande relevância para as questões alimentares.

Pretendemos mostrar aqui o qual determinante são as mulheres rurais no bem-estar alimentar das suas famílias e do seu entorno. Como o conhecimento passado de geração em geração, hoje fomenta as discussões agroecológicas e a produção de alimentos

limpos, bons e justos. E como esse saber ancestral que acompanha essas mulheres até os dias atuais, têm fomentado as discussões em todo o mundo sobre a expressiva participação dessas mulheres na construção de um mundo sem fome.

Partindo do exposto, o texto conta com essa introdução e a discussão teórica está dividida em quatro sessões, onde apresentamos o caminhar das mulheres desde os povos nômades, através do seu trabalho de coletora de frutos e grãos, e, posterior plantio, que permitiu o nascimento dos primeiros assentamentos não nômades. Seguindo de um histórico que nos permite entender como as mulheres perderam seus espaços de fala e como muitos dos seus conhecimentos foram jogados nas fogueiras da inquisição e da dominação patriarcal. Apresentamos na sequência dados sobre a importância dos saberes femininos que com sua capacidade de aumentar a produtividade das terras cultivadas em até 30%, como pontua a FAO (2018) e maximizar a utilização dos recursos financeiros como enfatiza Axt (2017), se tornam peças-chaves para pôr fim a obesidade e desnutrição.

E por fim, apresentamos dados sobre soberania e segurança alimentar e nutricional e como as mulheres do campo, das águas e da floresta estão inseridas nesses temas de suma importância para todo o mundo, seguida das considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

1. MATRIZ DAS SOCIEDADES

No início da trajetória da humanidade na terra homens e mulheres viviam da caça de animais de pequeno e médio porte, da pesca, e da colheita de leguminosas silvestres e grãos, necessitando deslocar-se de acampamento em acampamento, após ter esgotado os recursos alimentares do espaço onde estavam Mazoyer e Roudart (2010). Nesse período a soberania e a segurança alimentar e nutricional eram difíceis, seja pela dificuldade de encontrar alimentos, seja pela necessidade de mover-se em busca de novas áreas.

No referido período, as mulheres eram responsáveis pela colheita de frutos e grãos nas proximidades dos agrupamentos nômades (Mazoyer e Roudart, 2010). Essa condição, possibilitou às mulheres a observação do nascimento de novas plantas, a partir de sementes deixadas na terra, e nesse despertar para a integração da *Pachamama*, as mulheres colhem os frutos de serem as responsáveis por lançarem as primeiras sementes, fecundando o solo, donde germinaria o teosinto – ancestral do milho e o trigo amidoreiro.

Essa descoberta dá às mulheres o papel de genitora das futuras sociedades, não pelo ato de procriar, mas, pela possibilidade de produzir o próprio alimento e desenvolver a agricultura, que permitiu a fixação de homens e mulheres, e com isso o surgimento das primeiras aldeias; posteriormente transformadas em cidades; cidades-estados e estados. Sendo, portanto, a mulher através da sua atividade de coletora e primeiras agricultoras, pedra fundamental para a constituição das primeiras sociedades (BARRETO, 2019).

Como coloca Barreto (2019) e Koss (2000), foi através da intrínseca relação das mulheres com a natureza que essas adquiriram conhecimento sobre vegetais e frutos, e através desse protagonismo científico feminino, foi possível a semeadura e a germinação. Dessa forma, as mulheres, deram à humanidade mais que a simples sobrevivência, mas sim, um meio de germinar, progredir e existir.

Para descortinar a presença das mulheres na história da agricultura e provisão de alimentos, faz-se necessário observar a presença feminina nos centros de origem dos alimentos ao redor do mundo.

De acordo com Vavilov (1993), no Centro Abissínio, as mulheres sempre se fizeram presentes nos Impérios, onde é possível listar as Rainhas Yodit, Worquitu, Eleni, a Imperatriz Tait, e as Candace – rainhas mães da realeza africana. As deusas criadoras também eram femininas, como é o caso de Ísis, deusa agrária da fertilidade. Nesses impérios a organização social e política tinha como base a matrilinearidade, onde a base organizativa estava centrada na família e com uma mulher à frente, e as atividades desenvolvidas por essas, garantiam o sustento da coletividade, enquanto os homens caçavam, pescavam e/ou estavam em guerra (BARRETO, 2019).

Já no Centro Sul Americano, território dos Incas, as mulheres tinham efetiva participação na sociedade sejam elas deusas (*huacas*), governadoras (*coyas*), sacerdotisas (*acllas*), sábias (*layqas*) guerreiras, médicas ou heroínas. As crônicas sobre as mulheres Incas, retratavam essas com poder e participação efetiva em todas as esferas da sociedade incaica. Como relata Oliveira (2006, p.111), “o poder nos Andes parecia resultar do controle e distribuição da produção agrícola que tanto os homens como as mulheres podiam exercer”. Os povos andinos, descreviam *Mama Huaco* – Mãe da Dinastia Inca – como uma mulher forte e varonil, sendo ela quem primeiro cultivou o milho. Partindo das deusas femininas, como a *Pachamama*, e a *Mama Cocha* as mulheres Incas sempre foram retratadas como as provedoras dos alimentos dessa sociedade (COBO, 1990).

Já no Centro Brasileiro Paraguaio, onde fora domesticada a mandioca, no que se refere a produção agrícola aos homens concernia as tarefas de derruba, destoca e queima da vegetação e as mulheres o cultivo, a colheita e o processamento. Realidade essa ainda presente em muitos povos originários (SAUER, 1987).

2. FIM DAS TERRAS COMUNAIS

Seguindo na história dos agrupamentos humanos, Federici (2017), coloca que até o século XIV as mulheres rurais europeias viveram sob a égide da solidariedade e da amizade entre elas, o que possibilitava compartilhar a execução e o resultado das atividades agrícolas. As mulheres indígenas e africanas, quando em seus territórios de origem, também mantinham essa irmandade entre elas.

Com o desenvolvimento da agricultura e o crescimento populacional na Europa entre os séculos XI e XIV, começam ocorrer grandes revoluções no campo, “a revolta do campesinato contra os senhores feudais havia se tornado constante, massiva e frequentemente, armada” (Federici, 2017, p.54). Ao longo dessas revoluções, camponeses e camponesas foram perdendo seus espaços comuns de produção para os senhores feudais que cercam e tomam as terras antes usadas de forma coletivas.

Já no Continente Americano, as mulheres perderam sua participação na sociedade pelo massacre e roubo de terras dos povos originários, como nos aponta Segato (2018). A intervenção colonial do passado e do presente, minoriza tudo que diz respeito as mulheres, seja na representação, na posição e no pensamento social. Essa minorização está relacionada a transição da vida comunal para a sociedade moderna, que se iniciou com conquista e colonização e mais tarde pela administração do estado (SEGATO, 2018).

Para as mulheres negras, o fator que fez interromper a vivência comum em suas terras de origem fora a escravidão, seja pelo deslocamento forçado, ou pela carga de trabalho imposta a essas mulheres, que como afirma Davis (2016, p.17), “como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos da sua vida ofuscada pelo trabalho compulsório”. A mesma autora afirma ainda que o capitalismo industrial que separou economia doméstica da economia pública “instituiu a inferioridade da força das mulheres mais que nunca” (DAVIS, 2016, p. 25).

Essas diversas realidades fizeram com que as mulheres rurais perdessem espaço na sociedade, no ambiente europeu houve uma disputa de espaço para ocupação da mão

de obra, seja ela urbana ou rural, além da perda de terra por essas mulheres, pois como nos coloca Federici (2017, p. 63) “nas cidades, as mulheres perderam seu direito a herdar um terço da propriedade de seu marido. Nas áreas rurais, foram excluídas da posse da terra, especialmente quando eram solteiras e viúvas’.

Os efeitos da colonização reforçada pela modernidade capital sobre as mulheres, como observa Segato (2018, p.23), “é uma máquina produtora de anomalias e executora de expurgos”, onde, arquivando conhecimentos, mercantiliza a terra, fundamentaliza identidades, patrimonializa culturas e confisca a vida.

É nesse cercamento, colonização e escravidão, nessa ausência dos espaços de vivências coletivas, e na divisão sexual do trabalho – das mulheres brancas – que o trabalho das mulheres rurais e urbanas passa a ser visto apenas como reprodutivo. No período do capitalismo industrial, como nos aponta Davis (2016, p.25), “na propaganda vigente, mulher se tornou sinônimo de mãe e dona de casa, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade”. Mesmo que essa nova ideologia não coubesse as mulheres negras, que como coloca Curiel (2007), desde os tempos da escravidão estiveram trabalhando em casa e fora dela.

O trabalho agrícola, em especial para autoconsumo, passar a ser incluído nas atividades de reprodução da família, que dentro desse modelo que não reconhece e nem valoriza o trabalho feminino, esconde pelos séculos seguintes o importante trabalho das mulheres na soberania e segurança alimentar e nutricional das suas famílias.

Nos séculos seguinte, seja pela Caça às Bruxas, seja pelos deslocamentos forçados pela escravidão, seja pela colonização, e reforçado pelo capitalismo que passa a ser vivenciado em todos os campos da vida social, tais como vestimenta e alimentação, as mulheres rurais têm muito das suas memórias, histórias das comunidades, identidade coletiva e o senso de coesão, fragilizado (Federici, 2017).

Essa situação de não reconhecimento dos saberes femininos, foi acentuado com a revolução verde, que surgiu com a promessa de erradicar a fome no mundo, e em verdade levou à eliminação progressiva dos estabelecimentos agrícolas menos equipados e menos produtivos (Martine, 1987). Onde estavam muitas mulheres do campo, da floresta e das águas.

Contudo, mesmo as mulheres tendo séculos de desvalorização e obscurantismo no tocante aos seus conhecimentos agrícolas e de processamento da mais variada diversidade alimentar, as mulheres não pararam de observar a natureza, como uma vez fizeram e descobriram a agricultura, pois como afirma a Carta das Mulheres Indígenas “somos nós que preservamos a medicina e a agricultura tradicionais, as mulheres mais velhas guardavam as sementes tradicionais e não se usava sementes transgênicas” (ABA, 2013).

E foi nessa persistência que essas mulheres mantiveram seus quintais, pomares, plantios de ervas medicinais, agroindustrialização de alimentos, seleção e plantio de sementes e a criação de pequenos animais, elementos importantes para a alimentação das famílias, que permitiu e tem permitido uma mudança na chave dos sistemas produtivos em todo o mundo, através da agroecologia.

3. SABERES NECESSÁRIOS

O conhecimento feminino sobre plantas e cultivos diversificados no entorno das residências, foi e será uma bússola para o crescimento dos processos agroecológicos nas unidades familiares agrícolas em todo o mundo. Como colocou Leila Santana, “o terreiro das mulheres é fazer a agroecologia seguir o legado de tantas bruxas” (Aba, 2021). Já Lindalva Cunha, educadora popular da Comissão Pastoral da Terra (CPT), nos coloca que as mulheres rurais fazem agroecologia quando:

“fazem a defesa dos igarapés, das nascentes ou quando elas pedem licença pra entrar num riacho, quando elas se benzem diante de uma árvore centenária, elas vão construindo esses saberes compreendendo que o que elas fazem não é só defender o território, não é só a conexão com a natureza, é ancestralidade, é pertencimento e identidade” (ABA, 2021).

Siliprindi (2015), pontua que a agroecologia dentro da sua simplicidade de olhar o todo e conectar-se com a *Pachamama* valora as atividades que tradicionalmente foram desenvolvidas pelas mulheres.

Através do resgate do conhecimento agrícola tradicional desprezado pela agricultura moderna, as mulheres estão voltando ao centro do palco, no que se refere a produção sustentável de alimentos e a utilização desses para a saúde da família. Pois como bem coloca Dijé, durante o 10º Congresso Brasileiro de Agroecologia, “há muitos anos a gente já fazia agroecologia, só que não tinha ainda esse nome. Mas, a gente vai descobrindo que isso veio do nosso povo. A agroecologia deu voz ao nosso conhecimento de povo tradicional” (ABA, 2018).

A importância do trabalho feminino, seja ele rural ou urbano, para a soberania e a segurança alimentar e nutricional pode ser vista quando analisamos os dados atuais sobre a alimentação no mundo e os problemas de saúde decorrentes dessa. Um manifesto escrito pelo Movimento do Slow Food¹ coloca que “escravizados pela rapidez sucumbimos todos ao mesmo vírus insidioso da “Fast Life” ou “Vida Rápida”, que tem destruído nossos hábitos e culturas alimentares, além de ameaçar o equilíbrio do nosso ambiente (SLOW FOOD, 2007).

Os problemas causados pela “Vida Rápida” estão presentes desde as megalópoles até as comunidades ribeirinhas, exemplo disso é a obesidade da população mundial. De acordo com Organização Mundial de Saúde (OMS), 1 em cada 3 pessoas estão acima do peso e 1 a cada 8 adultos em todo o planeta é obeso. No Brasil mais da metade da população (54%) está com sobrepeso e os obesos já chegam quase a 20% (BRASIL, 2019).

O mundo, incluindo o Brasil, está à beira de uma epidemia de saúde conhecida como “carga dupla da má nutrição”, com obesidade e desnutrição caminhando juntas. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), todos os dias mais de 800 milhões de pessoas passam fome (FAO, 2019).

A vulnerabilidade alimentar grave atingiu aproximadamente 01 em cada 10 pessoas no mundo em 2019. Esses números tendem a serem ampliados em virtude da pandemia do coronavírus que poderá levar até 130 milhões a mais de pessoas a situação de subalimentação em 2021, do que os números atuais (BARRETO, 2020). Em 2019, a fome atingiu 690 milhões de pessoas, 8,9% da população mundial. Desses 47,7 milhões estão na América Latina e Caribe (FAO, 2021).

O mundo tem avançado, em projetos e ações para acabar a fome no mundo, mas, sem possibilidades de cumprir as metas estabelecidas para 2030 em relação ao retardo de crescimento e baixo peso ao nascer, assim como atingir a fome zero no referido ano. Infelizmente, os dados mostram que o número de pessoas em situação de fome em 2030, estará em torno de 840 milhões (FAO,2020).

¹ Slow Food é um movimento que promove a apreciação da comida, valorizando o produto, o produtor e o meio ambiente.

Para a FAO (2019), uma principal dificuldade para os países de baixa renda em fornecer uma alimentação adequada a população ocorre em virtude destes países dependem muito mais de alimentos básicos e menos de frutas e hortaliças e alimentos de origem animal. Além do padrão alimentar imposto por uma dezena de empresas em todo o mundo, que como pontua (Recine et al, p. 17, 2016) “tem gerado prevalências cada vez maiores de excesso de peso e obesidade”, devido a uma dieta baseada quase que exclusivamente em amido. Na atualidade somente a Ásia tem mantido os ingressos medianos de ingestão de frutas e hortaliças, que de acordo com a recomendação da FAO e da OMS é de 400g por pessoas/dia (FAO, 2020).

Apesar do mundo produzir alimentos para 10 bilhões de pessoas, não consegue alimentar 7,8 bilhões, a população mundial atual. Reverter essa realidade depende da transformação dos sistemas alimentares, criação de entornos alimentares propícios, com a disponibilidade de alimentos diversificados, saudáveis e com preços acessíveis, favorecendo desse modo a mudanças de hábitos para alimentos saudáveis (Barreto, 2020). Além de ser necessário “compreender as diferentes expressões da subjetividade, da identidade e da cultura alimentar das pessoas e grupos, bem como as variadas relações entre as pessoas e os espaços que ocupam” (RECINE et al, p. 20, 2016).

Tornar acessível frutas e hortaliças para a população, significa investir na agricultura familiar e camponesa, incluindo as mulheres do campo, da floresta e das águas nos espaços de decisões e valorando todo o conhecimento que essas têm acumulado ao longo da história. É crucial a distribuição de terras, acesso ao crédito e assistência técnica para as mulheres rurais até então relegadas ao cargo, errôneo, de ajudantes. Compartilhamento dos alimentos, diversificação da dieta familiar e venda através dos mercados locais são tarefas que as mulheres rurais sempre fizeram. Portanto, investir nas mulheres rurais é possibilitar um futuro de esperança quanto a soberania e segurança alimentar e nutricional.

4. GARANTINDO SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR

A mudança dos hábitos alimentares, em especial nas grandes cidades, tem um imenso desafio, haja visto que muitas pessoas não têm acesso a frutas, legumes, vegetais frescos, grãos, entre outros, essas vivem em plenos desertos alimentares. Alimentos saudáveis não são democraticamente distribuídos.

No Brasil, segurança alimentar e nutricional é definida pela Lei nº 11.346, de 15 de outubro de 2006, denominada como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) que no Art. 3º da define que,

“A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.” (Brasil, 2006)

A definição de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nos mostra a presença de três elementos primordiais que contribuem com a soberania alimentar: quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos (BOSQUILIA et.al. 2019). Porém Soberania Alimentar também engloba “o direito dos povos de definir suas próprias políticas agropecuárias e de alimentação, bem como proteger e regulamentar a produção agropecuária e o mercado nacional” (TASSI e BEZERRA, 2020. p. 44).

Nesse sentido, as mulheres camponesas desempenham um importante papel no combate à fome e na promoção da segurança alimentar, pois elas entendem que a mazela da fome não engloba apenas distribuição e acesso aos alimentos por parte da população, mas que basicamente refere-se a um problema de soberania nacional, onde os povos de cada território precisam ter seus direitos assegurados ao acesso e à produção dos alimentos locais e regionais, próprios do seu bioma, garantindo assim a soberania alimentar (COLLET; CIMA, 2015, p. 49).

Sobre esses plantios realizados pelas mulheres rurais no entorno das suas casas, Aleixo, Filipak e Paes (2019) escrevem que,

“Nesses quintais que se caracterizam por ser o lugar onde a mulher desenvolve suas atividades produtivas, o trabalho feminino se evidencia, geralmente, devido à proximidade com a casa e o fato dos produtos originados ali influenciarem, diretamente, na dieta alimentar da família, composta por frutas, hortaliças, condimentos, plantas medicinais, além de proteína de origem animal” (ALEIXO, FILIPAK e PAES, 2018, p. 205)

Dentro desse contexto, Collet e Cima (2015) relatam que através dos quintais produtivos as mulheres contribuem com a soberania alimentar a partir das seguintes ações: 1. Separação de parte da produção para o autossustento; 2. Divisão dos alimentos colhidos com vizinhos e familiares e 3. Comercialização ou troca de alimentos por elas processados. Sendo assim, as mulheres conseguem motivar a circulação de alimentos em

nível local e regional, garantir diversidade de alimentos à mesa, produzir alimentos saudáveis livres de venenos, etc.

Para transformar a alimentação e a agricultura, promover segurança e soberania alimentar a FAO (2018), recomenda que,

“Las intervenciones específicas deberían centrarse en las mujeres y los jóvenes que viven en zonas rurales, y en los grupos vulnerables, incluyendo las poblaciones indígenas, los migrantes y los refugiados, que a menudo se ven perjudicados a la hora de acceder a la información, a las oportunidades y a los recursos” (FAO, 2018, p. 37).

Dentro desse contexto da importância do trabalho das mulheres rurais para a saúde nutricional das famílias, Leal *et al* (2020) coloca que as mulheres plantam seus alimentos nas unidades familiares utilizando sistemas de policultivos com respeito os princípios da agroecologia, tornando a alimentação familiar, rica e diversificada. Promovendo dessa forma soberania e segurança alimentar para os seus lares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é possível se falar em soberania e segurança alimentar e nutricional sem incluir as mulheres, em especial as mulheres rurais. Desse modo é preciso garantir políticas públicas que inclua em definitivo essa categoria, garantindo o acesso ao crédito, a terra e a assistência técnica são elementos primários necessários para se pensar uma alimentação saudável. Assim como, a criação de feiras livres e de outros locais que facilitem o acesso a alimentos in natura ou minimamente processados.

Reconhecer historicamente os processos agroecológicos, agroflorestais realizado pelas mulheres é fundamental para garantir uma nova sociedade mais justa e igualitária, que não virá via *Fast Food* – Comida Rápida, mas sim, do trabalho laborioso que as mulheres com habilidades agrônômicas, econômicas e sagradas têm mantido e desenvolvido ao longo da história.

Em uma sociedade marcada pela construção ideológica do capitalismo, do racismo e do patriarcado, na qual os bens materiais e a busca pelo lucro valem mais que a vida humana, é preciso não perder de vista que se faz necessário ampliar e fortalecer os espaços auto-organizados por mulheres, dentro e fora de coletivos mistos como ferramentas de reflexão e transformação dos espaços, para o enfrentamento das desigualdades, em especial no que diz respeito às questões de gênero. A revolução na alimentação será feminina, ou não será.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABA – Associação Brasileira de Agroecologia. carta-das-mulheres-indigenas-1.pdf (agroecologia.org.br) Acesso em 04 de julho de 2021

_____. Entre convergências e divergências: ciclo de debates abordou relações entre mulheres, feminismos e agroecologia - ABA Agroecologia (aba-agroecologia.org.br) Acesso em 04 de julho de 2021

_____. Dona Dijé - ancestralidade e resistência - ABA Agroecologia (aba-agroecologia.org.br) Acesso em 04 de julho de 2021

ALEIXO, SANY SPÍNOLA; FILIPAK, ALEXANDRA; PAES, ANA MARIA BACCARIN XISTO. O uso de mapas mentais como metodologia para o desenvolvimento da transição agroecológica e da autonomia econômica de mulheres rurais. In: RODRIGUES, TAYRONNE DE ALMEIDA *et al* (Org). Meio Ambiente, Sustentabilidade e Agroecologia 5. ed. Atena, 2019. Cap. 24, p. 204-216.

AXT, BARBARA. Empoderar mulheres rurais é dar poder ao meio ambiente - Believe Earth Acesso em 04 de julho de 2021

BARRETO, SIMONE DE BRITO. Resgatando o Feminino. Disponível em: Flor de Umbuzeiro — Resgatando o Feminino (tumblr.com) Acesso em: 20 de março de 2021.

_____. Revolução Mono. Disponível em: Flor de Umbuzeiro — Revolução Mono (tumblr.com) Acesso em: 20 de março de 2021.

_____. O Doce Mais Amargo. Disponível em: Flor de Umbuzeiro — O Doce Mais Amargo (tumblr.com) Acesso em: 20 de março de 2021.

_____. Germinando as Sociedades Futuras. Disponível em: Flor de Umbuzeiro — germinando as sociedades futuras (tumblr.com) Acesso em: 20 de março de 2021.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 29 de março de 2021.

BRASIL, 2019. Brasileiros atingem maior índice de obesidade nos últimos treze anos. <https://saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45612-brasileiros-atingem-maior-indice-de-obesidade-nos-ultimos-treze-anos> Acesso em 02 e abril de 2021.

BOSQUILIA, SAMIRA GAIAD CIBIM DE CAMARGO; PIPITONE, MARIA ANGÉLICA PENATTI. A importância da Soberania Alimentar no âmbito do Conselho de Alimentação Escolar no município de Piracicaba (SP). *Segur. Aliment. Nutr.*, Campinas, v. 26, p. 1-8. 2019.

COCO, BERNABE. 1580-1657 Inca religião e costumes. 1ª ed Austin, TX.: University of Texas Press, 1990.

COLLET, ZENAIDE; CIMA, JUSTINA I. Produção de auto sustento, quintais produtivos na agricultura familiar e camponesa. In: BONI, Valdete (Org.). Organização

produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica. Tubarão: Gráfica Copiart, 2015.

CURIEL, OCHY. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista No. 26. ABRIL 2007. UNIVERSIDAD CENTRAL – COLOMBIA

DAVIS, ANGELA. Mulheres, raça e classe. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

FAO - ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA. El futuro de la Tendencias Alimentación y Desafíos. Roma, 2017

_____. FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2019. The State of Food Security and Nutrition in the World 2019. Rome, 2019.

_____. FAO, FIDA, OPS, WFP y UNICEF. 2020. Panorama de la seguridad alimentaria y nutrición en América Latina y el Caribe 2020. Santiago de Chile, 2020

_____. FAO, Transformar la Alimentación y la Agricultura para Alcanzar los ODS. Roma, 2018.

_____. FAO: trabalho das mulheres rurais é essencial para a segurança alimentar no mundo - Sicoob SC/RS Acesso em 04 de julho de 2021.

KOSS, MONIVA VON Feminino + masculino: uma nova coreografia para a eterna dança das polaridades, 2000

MANIFESTO SLOW FOOD <http://www.slowfoodbrasil.com/slowfood/manifesto> Acesso em 04 e abril de 2020.

FEDERICI, SILVIA. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo, 2017

MARTINE, GEORGE. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetés, 1987.

MAZOYES, MARCEL; ROUDART, LAURENCE. História das agriculturas no mundo. Do neolítico à crise contemporânea. Brasília, 20210.

OLIVEIRA, SUSANE, RODRIGUES Por uma história do possível: o feminino e o sagrado nos discursos dos cronistas e na historiografia sobre o “Império” Inca. 2006.

RECINE, ELISABETTA. ROCHET, JULIANA. TORQUATO, LUIZA. SUGAI, ANDREA. CUNHA, GABRIELA. Mulheres do Recanto. Antes de saber o que eu como, deixa eu contar como eu vivo. / Elisabetta Recine... [et al.] - Brasília: Universidade de Brasília, Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição, 2016

SAUER, CARL. As plantas cultivadas na América do Sul Tropical”. In: Berta Ribeiro. Suma etnológica brasileira: etnobiologia. 2. Ed. Petrópolis; Vozes; Finep. 1987

SILIPRANDI, EMMA. Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro, 2015.

SEGATO, RITA. La guerra contra las mujeres. 2ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

TASSI, ÉRIKA MARIA MARCONDES; BEZERRA, ISLANDIA. A soberania alimentar que desperta e aprofunda os saberes em direitos por terra, por comida de verdade e por igualdade de gênero. Em Extensão, Uberlândia, Edição Especial, p. 42-52, maio 2020.

VAVILOV, NIKOLAI IVANOVICH. Centros de origem das plantas cultivadas; tradução e compilação por LAM-Sánchez, A. Jaboticabal: FUNEP, 1993.